

Perfil socioambiental dos usuários do Parque Moinhos de Vento, Porto Alegre, RS

Carmynie Barros e Xavier

Tecnóloga em Gestão Ambiental - IFRS Campus Porto Alegre
(carmynie@gmail.com)

Caroline Goulart

Tecnóloga em Gestão Ambiental - IFRS Campus Porto Alegre
(carolinigoulart@hotmail.com)

Felipe de Marchi

Discente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental - IFRS Campus Porto Alegre
(felipe_demarchi@hotmail.com)

Sabrina Letícia Couto da Silva

Mestra em Epidemiologia (UFRGS). Docente do IFRS Campus Porto Alegre
(sabrina.silva@poa.ifrs.edu.br)

Maria Cristina Caminha de Castilhos França

Doutora em Antropologia Social (UFRGS). Docente do IFRS Campus Porto Alegre
(mcristina.franca@poa.ifrs.edu.br)

Resumo: As áreas verdes e os parques públicos têm a função de proporcionar o lazer e a integração com a natureza para a sociedade. Dada a importância dos parques, aqui em especial o Parque Moinhos de Vento (PMV), o trabalho objetivou elaborar um diagnóstico acerca das percepções socioambientais dos usuários do parque. Foram realizadas entrevistas com usuários e trabalhadores do PMV entre os meses de setembro de 2013 a maio de 2014. Dois instrumentos foram utilizados, diário de campo e aplicação de questionários semiestruturados. Foram aplicados no total 300 questionários em diferentes dias, horários e localização espacial no parque. Os resultados do trabalho demonstraram, entre outros dados, uma escolarização acima da média nacional, predominância de usuários adultos com idade entre 36 e 55 anos e gênero feminino. A atividade predominante é a caminhada, e o objeto de contemplação favorito é o lago. Referente a um possível cercamento 76% dos entrevistados não são a favor, frente a 8,3% a favor do cercamento, os que são contrários ao cercamento argumentam principalmente com base na questão de o parque ser um local público, devendo manter o amplo e irrestrito acesso, favoráveis argumentam questões relacionadas a sentimento de segurança, repressão de vandalismo e assaltos.

Palavras-chave: Parque Moinhos de Vento, Áreas Verdes, Usuários,

Socio-environmental profile of the users of the Moinhos de Vento Park, Porto Alegre, RS

Abstract: The green areas and public parks have the function of providing leisure and integration with nature to society. Given the importance of parks, here in particular the Moinhos de Vento Park (PMV), the study aimed to make a diagnosis about the environmental perceptions of park users. Interviews

were conducted with users and PMV workers between the months of September 2013 to May 2014. Two instruments were used, field diary and application of semi-structured questionnaires. In total were applied 300 questionnaires on different days, times and spatial location in the park. The results of the study showed, among other data, a schooling above the national average, prevalence of adult users aged between 36 and 55 years old and female. The predominant activity is walking, and the favorite object of contemplation is the lake. Regarding a possible enclosure 76% of respondents are not in favor, compared to 8.3% in favor of fencing, those who are against the fencing mainly argue on the question that the park is a public place and should maintain the broad, unrestricted access, favorable argue issues related to sense of security, vandalism repression and assaults.

Keywords: Parque Moinhos de Vento, Green Areas, Users

1. INTRODUÇÃO

Espaços públicos, em especial áreas verdes, são capazes de proporcionar lazer e integração com o universo natural. Além da função social propriamente dita, são importantes para manutenção de uma diversidade biológica, visto que o crescimento das zonas intensamente urbanizadas cria uma situação de risco para tal diversidade. Conforme Souza (2008), a ocorrência de diferentes perfis de usuários presentes em parques urbanos resgata e fortalece as relações homem/natureza, possibilitando o exercício da sociabilidade, aumentando assim o rol de benefícios atrelados à manutenção e uso desses espaços.

Estas áreas trazem qualidade de vida para a população, pois proporcionam contato com a natureza e suas estruturas, que, quando adequadas e atrativas, são determinantes para a realização de atividades físicas e de lazer. Essas atividades trazem diferentes benefícios psicológicos, sociais e físicos à saúde dos indivíduos, como, por exemplo, a redução do sedentarismo e ameniza o estresse do cotidiano urbano (MOREIRA, 2010).

Segundo Kerpen (2011), as décadas de 60 e 70 foram marcadas pelo processo de metropolização em Porto Alegre. Com isso, grandes obras de infraestrutura como viadutos, perimetrais e avenidas foram realizadas para adequação à nova realidade. Tais mudanças paisagísticas desencadearam uma série de preocupações por parte da sociedade civil. Iniciou-se um movimento ecológico onde se debatiam as preocupações causadas ao meio ambiente com as grandes construções. A população organizou-se por uma maior humanização da cidade, reivindicando que os espaços de natureza se mantivessem preservados como referência de saúde, bem-estar e beleza paisagística. Nesse contexto, o

Parque Moinhos de Vento (PMV) foi fundado em 1972, localizado no bairro que leva o mesmo nome, sendo considerada uma das áreas verdes mais tradicionais da capital do Rio Grande do Sul.

O presente estudo teve por objetivo elaborar um diagnóstico acerca das percepções socioambientais dos usuários do parque, traçar um perfil sociodemográfico que identifique os usos feitos do espaço (lazer, atividades de educação ambiental, entre outras), identificar potencialidades e problemas relatados e, finalmente, fornecer subsídios para a construção do Plano de Gestão Ambiental do PMV.

2. METODOLOGIA

Foram realizadas entrevistas com os usuários e trabalhadores do parque entre os meses de setembro de 2013 a maio de 2014. Para a investigação foram utilizados três instrumentos de coleta de dados: um diário de campo com relato escrito das observações realizadas e aplicação de questionários semiestruturados, um com 31 questões (abertas e fechadas) para usuários frequentadores e 20 questões (abertas e fechadas) para os trabalhadores do parque, caracterizando a presente pesquisa como do tipo mista (CRESWELL & CLARK, 2013). Os instrumentos de coleta de dados foram elaborados com base na diferenciação de perfis, pautados nas práticas que os agentes atuam nesse espaço e de forma a constar as principais questões de interesse relacionadas ao meio ambiente. A análise qualitativa dos dados foi realizada utilizando a Análise de Conteúdo, para identificação das categorias qualitativas de resposta.

Para a análise quantitativa, foram utilizadas estatísticas descritivas, tais como tabelas de frequência e gráficos, bem como estatística inferencial através do teste Qui-quadrado, com nível de significância de 5%, para identificação de associações entre variáveis categóricas. Os dados coletados possibilitaram identificar as relações socioambientais que se estabelecem entre os agentes - usuários e trabalhadores - e o espaço do PMV através do mapeamento dos usos e a diversidade de atividades que se desenvolvem nesse espaço urbano. Entre as atividades observadas, estão: trocas sociais; manifestações políticas, educacionais, artísticas e culturais; práticas esportivas; sociabilidade; consumo e lazer; contemplação da paisagem; exercício do

trabalho formal e informal; ações de saúde pública; amabilidades humanas com os entes naturais públicos, dentre outros aspectos.

O processo de análise na pesquisa qualitativa precisa conter os termos estruturantes da investigação qualitativa: compreender e interpretar a experiência, a vivência, o senso comum e a ação social. A proposta se constitui, inicialmente, na própria construção do objeto de pesquisa, na elaboração de instrumentos que tornem concretos os conceitos teóricos, na execução de um trabalho de campo que envolva o pesquisador enquanto um construtor de relações, de observações e de uma narrativa em perspectiva que passa, por fim a uma narrativa teorizada e contextualizada.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram aplicados 300 questionários para usuários do parque em dias, turnos e regiões do parque variadas. A maioria dos usuários entrevistados foi composta por adultos com faixa etária dos 36 aos 55 anos (36%), do sexo feminino (65,3%), com no mínimo ensino médio completo (92%), conforme Figuras 1 e 2, sendo que a maioria dos entrevistados reside no bairro Moinhos de Vento. Verifica-se, portanto, uma amostra com predominância de gênero feminino e nível de instrução consideravelmente acima da média nacional.

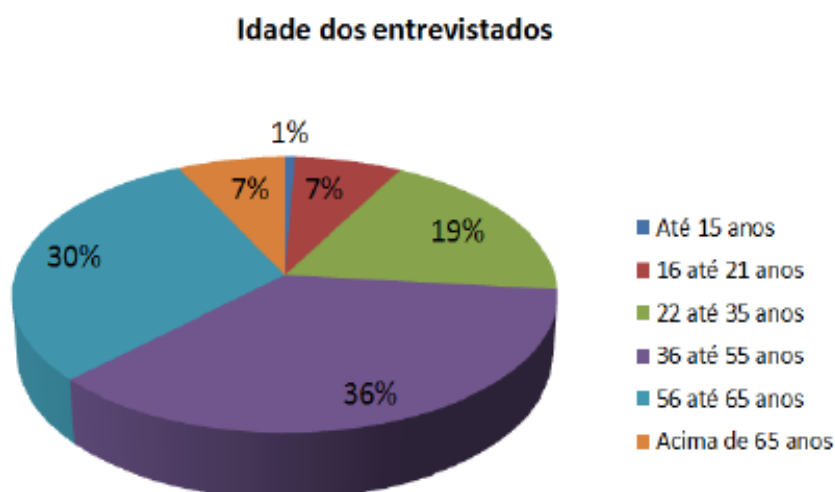


Figura 1. Idades (Faixas Etárias) dos usuários entrevistados no PMV.
Fonte: Elaborado pelos autores.

Nível de instrução dos entrevistados

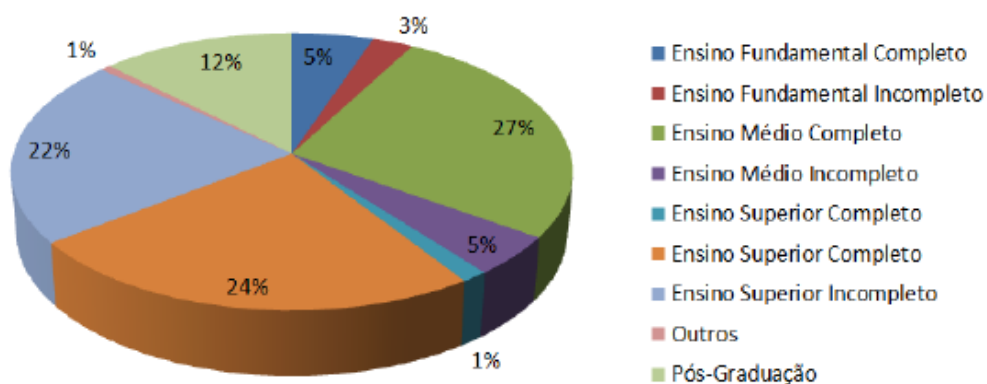


Figura 2. Nível de escolaridade dos usuários entrevistados no PMV.
 Fonte: Elaborado pelos autores.

Mais da metade dos entrevistados frequenta o PMV mais de uma vez por semana (55,7%), sendo a locomoção a pé até o parque a mais comum (60,7%), seguida de carro (25%) e ônibus (23,3%), além do uso de bicicletas (13,3%) e de motocicletas (8%). Quanto ao turno de preferência, 76% dos entrevistados vai ao parque no período da manhã, havendo um equilíbrio na frequência durante a tarde, e um grande desequilíbrio pela noite, quando 97% dos entrevistados dizem não frequentar o PMV (Figura 3).

Pode-se relacionar a preferência pelo turno com a sensação de segurança uma vez que 91% dos entrevistados disseram que se sentem mais seguros pela manhã, 74,5% seguros no turno da tarde e apenas 13,3% seguros no turno da noite.



Figura 3: Turno em que os usuários frequentam o PMV.
 Fonte: Elaborado pelos autores.

Quanto à questão da acessibilidade no PMV, a maioria (57%) acredita que o parque é acessível para pessoas portadoras de deficiência ou com dificuldade de locomoção. Dentre os que acreditam que a acessibilidade não está adequada ou que é possível efetuar melhorias, as sugestões mais recorrentes são a construção de um maior número de rampas de acesso no interior do parque, maior atenção aos trechos calçados (também para quem leva carrinhos de bebê) e realização de drenagem do solo em dias de chuva.

A partir desses dados da percepção dos frequentadores do PMV, deve-se considerar a acessibilidade espacial como um fator fundamental à visita do parque por parte de portadores de deficiência visual ou necessidade especial. Podemos compreender melhor a relevância desse tema com a interpretação de Serpa (2004):

A acessibilidade não é somente física, mas também simbólica, e a apropriação social dos espaços públicos urbanos tem implicações que ultrapassam o design físico de ruas, praças, parques, largos etc. O adjetivo “público” diz respeito a uma acessibilidade generalizada e irrestrita, um espaço acessível a todos deve significar algo mais do que o simples acesso físico a espaços “abertos” de uso coletivo, pois se trata de uma ferramenta de inclusão social que deve abranger as necessidades espaciais de pessoas com as mais diferentes restrições e limitações devido às suas condições físicas. (SERPA, 2004 p. 22)

Entre os usuários com necessidades mais específicas podemos considerar os usuários de idade avançada, que somam 6,7 % da estimativa de público que utiliza as dependências do PMV. Nesse sentido, temos a narrativa de uma usuária:

As calçadas são boas, mas quando chove têm lugares que fica impossível de passar alagam e corro o risco de cair, prefiro não vir caminhar depois que chove. Outra coisa que ia ajudar muito por aqui era ter mais sinaleiras por perto, tem pouquíssimas sinaleiras que dão acesso pra cá, e ainda tem que passar ligeiro. (J. F., 56 a 65 anos).

É preciso compreender as necessidades dos idosos que têm cada vez mais utilizado os parques públicos para a prática de atividades físicas (DORNELES, 2006). Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2014), os idosos têm procurado cada vez mais os centros urbanos, devido à infraestrutura, seja por saúde ou lazer, sendo que muitos dos que se aposentam são

pessoas ativas em busca de novas atividades.

Outro fator que atrai os usuários idosos é o conforto ambiental - estado agradável de bem-estar físico e psicológico do ser humano. O conforto ambiental engloba o conforto térmico, luminoso, acústico, ergonômico e psicológico (ATENA, 2009). Sendo assim, torna-se de extrema relevância analisar as suas necessidades quanto ao uso das áreas públicas e criar projetos que avaliem a condição desses espaços para garantir que estejam adequados às necessidades dessa parcela da população, bem como de outros segmentos que necessitem de espaços adaptados e permitam a acessibilidade.

Conforme a Figura 4, as atividades de recreação mais citadas, em ordem de preferência, pelos frequentadores do PMV foram: passear (36,5%), sentar nos bancos (22,5%), leitura (16,6%), banho de sol (14,7%) e passeios com animais (9,7%).

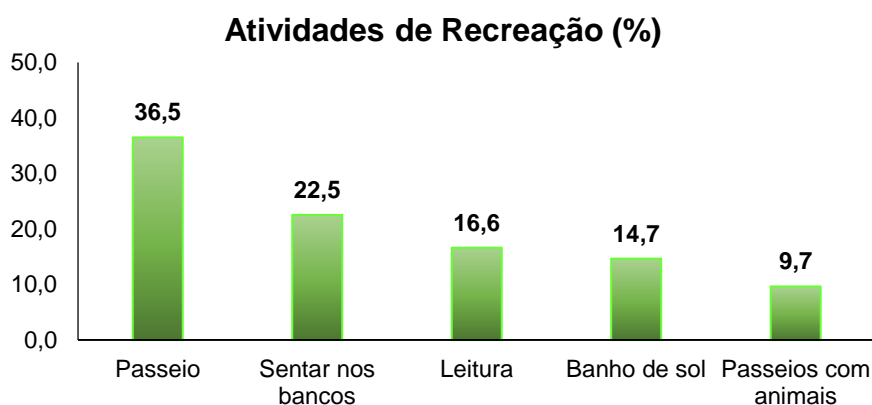


Figura 4. Atividades de recreação citadas pelos frequentadores do PMV.
Fonte: Elaborado pelos autores.

Com relação às atividades educacionais e culturais, idas a concertos, shows, eventos e visitas à biblioteca praticamente se igualaram em frequência (Figura 5). Também foram citados, em menor frequência, o consumo de bebidas e alimentos de vendedores ambulantes.

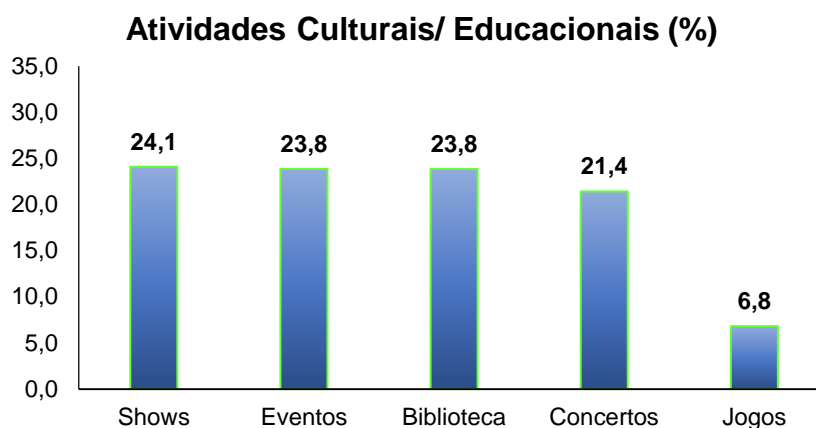


Figura 5. Atividades culturais/ educacionais citadas pelos frequentadores do PMV.
 Fonte: Elaborado pelos autores.

Quanto aos esportes (Figura 6), a atividade favorita por grande maioria dos usuários consultados é a caminhada (73,6%), seguida de corrida (12,7%). Foram citados, em menor quantidade, *Tai chi chuan*, *Slack line* e futebol. Dentre as outras opções de práticas esportivas incluídas no questionário, não foram citados *skate*, *roller/ patins*, *damas* e *vôlei*. Praticam-se, além das atividades citadas, *aeróbica*, *musculação* e *exercícios com bicicleta*.

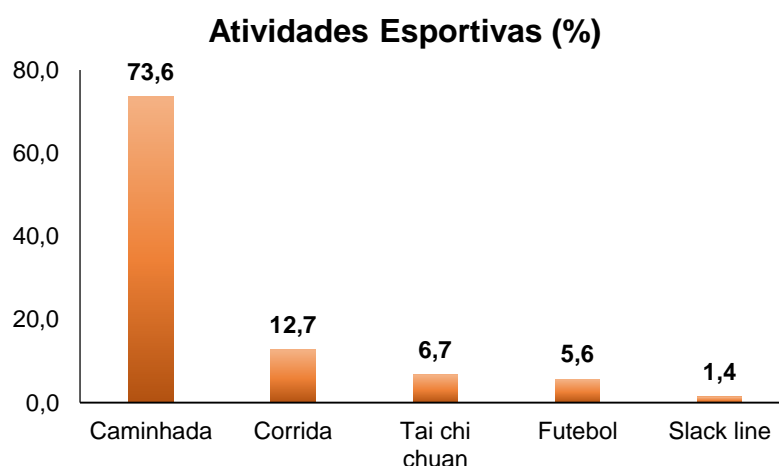


Figura 6. Atividades esportivas citadas pelos frequentadores do PMV.
 Fonte: Elaborado pelos autores.

O objeto de contemplação favorito dos entrevistados é o lago (60%), seguido de árvores e jardins (56,3% cada), além do moinho (50%). Segundo a Figura 7, o local específico favorito de grande parte dos entrevistados é o entorno do lago (52,3%), seguido por playground (19,5%), *Boulevard* (15,4%) e Cachorródromo (12,8%).

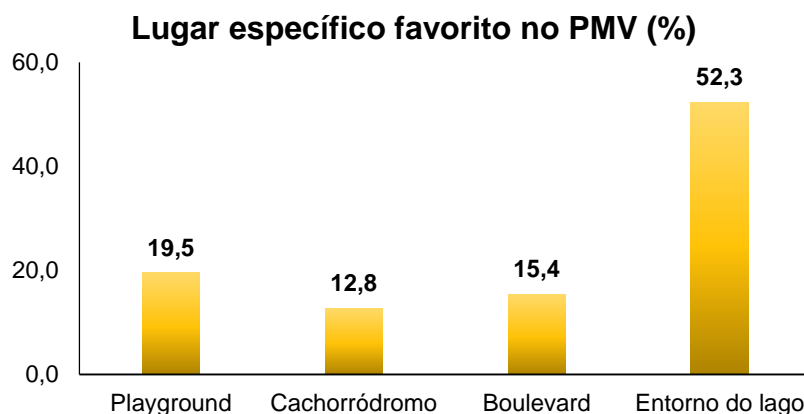


Figura 7. Lugar específico favorito dos usuários do PMV.
Fonte: Elaborado pelos autores.

Com relação ao conforto térmico quando se está no parque, 89% dos entrevistados disseram ter tal sensação no PMV quando estão à sombra das árvores e em proximidade com a vegetação. Além disso, relataram perceber um aumento da temperatura próximo à pracinha, ao lago e ao moinho. Sobre ruídos, 87,3% dos usuários disseram não haver nenhum tipo de ruído incômodo, enquanto 10% afirmaram ter algum tipo de incômodo com o ruído no PMV e 2,7% não souberam responder.

Conforme a Figura 8, o que mais chama atenção do público entrevistado são as árvores (76%), seguidas pelas flores (22%) e pelas frutas (2%). Como árvores mais citadas estão: ipês (amarelo e roxo), jacarandás, pitangueiras entre outras. Um entrevistado salientou a falta de identificação das árvores. Quanto às flores, as mais lembradas foram: buganvílias, amoras e flores do ipê. Sobre frutas, foram citadas: cereja, pitanga, ameixa e goiaba.

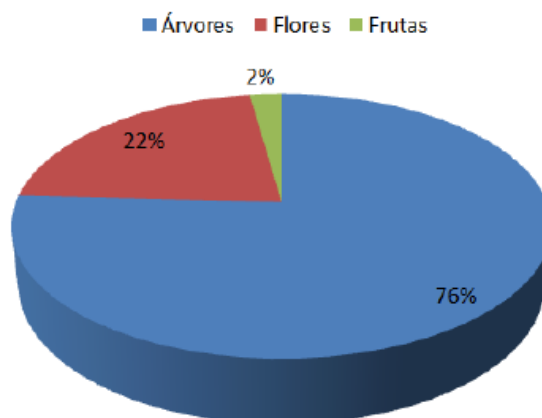
Que vegetação lhe chama mais a atenção?

Figura 8. Que vegetação mais chama a atenção dos usuários do PMV.
Fonte: Elaborado pelos autores.

Quanto à existência de regras no PMV, a imensa maioria (95,7%) diz desconhecê-las. As regras citadas, por quem disse as conhecer, foram não alimentar os animais, não deixar animais soltos, recolher fezes de animais e demais diretrizes do Código Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre.

Um dos recursos adotados para elucidação de algumas dúvidas pontuais foi a conversa via telefone com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município de Porto Alegre (SMAM). A adoção dessa prática teve como motivação a ausência de bibliografia que contivesse dados secundários referentes às regras existentes no PMV. De acordo com as informações obtidas, os parques públicos de Porto Alegre não possuem regras específicas. Há, nestes casos, o uso da legislação municipal vigente que dispõe sobre as normas de conduta em espaços públicos. Por essa razão se atribui o resultado de 95,7 % dos entrevistados responderem que desconhecem a existência de regras no local. Conforme dados da SMAM a conduta em um espaço público de lazer está condicionada à Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, existem ainda as Leis complementares, as Resoluções, os Códigos, as Normas e os Decretos que dão respaldo jurídico.

Segundo um usuário:

“Caminho aqui todos os dias e não conheço as regras do parque, devem ser as mesmas para qualquer espaço público, seguindo o Código de Limpeza e as leis da cidade, já que é um espaço aberto para a população” (G. F. D., acima de 65 anos).

Para exemplificar o uso das leis no caso específico do PMV, pode ser citado o Decreto Municipal nº 14.050, de 31 de dezembro de 2002 que dispõe sobre a obrigatoriedade de recolhimento dos resíduos fecais de animais conduzidos em espaços públicos, este decreto se aplica mesmo em locais como o Cachorródromo do PMV, o Decreto Municipal nº 18.565 de 14 de fevereiro de 2014 que dispõe sobre os procedimentos que devem ser seguidos para a supressão, transplante ou podas de espécimes vegetais, o qual elucida também sobre a necessidade de autorização prévia da SMAM para qualquer ação com a vegetação existente em espaços públicos.

Sobre animais soltos no parque, 60,3% dos entrevistados responderam ser comum a ocorrência de animais soltos (sendo cães os mais citados – não contando com os animais que lá vivem, como patos, tartarugas, etc.), ao mesmo tempo que 95% responderam que nunca viram animais abandonados no PMV. A maioria dos entrevistados também afirma nunca ter visto moradores no parque (61%), e os que viram citam, na maioria, as proximidades do campo de futebol como local escolhido para moradia.

A grande maioria dos entrevistados (91%) considera as lixeiras de fácil acesso no PMV, e que as informações em placas e lixeiras são de fácil compreensão (74,3%), depositando o resíduo na lixeira adequada (86,3%).

No entanto, quando se analisam as informações sobre as depredações flagradas no PMV pelos usuários (Figura 9), de modo controverso a presença de resíduos no chão é a mais citada (200 respostas – 41,1%), seguido de pichação (86 respostas - 17,7%), depredação do mobiliário (64 respostas – 13,1%) e a presença de resíduos na água (54 respostas – 11,1%), sendo citados ainda a quebra de galhos, remoção de plantas e ocorrência de carros estacionados na grama (somando 17% das respostas).

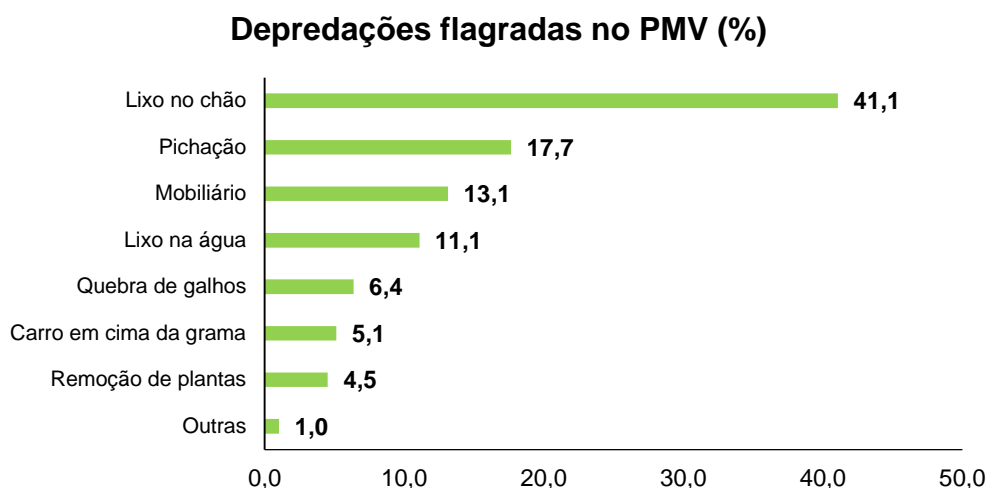


Figura 9. Depredações flagradas pelos usuários no PMV.
Fonte: Elaborado pelos autores.

Dentre os entrevistados, 71,7% considera a manutenção do parque adequada. Os que não consideram a manutenção adequada, citam a necessidade de maior atenção nos fins de semana (dias de maior movimento), os cuidados com a limpeza de bebedouros (81,4% dos usuários entrevistados dizem não os utilizar pois são sujos e acabam trazendo água de casa) e banheiros.

Conforme estudo de Whately *et al.* (2008), a partir da análise de aspectos de segurança e manutenção, foi possível verificar que as atribuições dos administradores de parques concentram um amplo escopo de atividades de serviços de segurança e manutenção, à intermediação de todo o tipo de conflitos de usos nos parques. O usuário G. F. (36 a 55 anos) afirmou que a reclamação sobre a manutenção do parque deve ser mais assídua, para minimizar o comprometimento de impactos locais. O que remete a ideia de conscientização não só da administração do PMV como um todo, mas também dos usuários locais. Pode-se pensar a conscientização como uma das dimensões que a educação promove na interiorização de conhecimento. Nessa direção, Cadei e Schwanke (2013) afirmam:

Conforme se observa, a educação ambiental não está sob a responsabilidade de apenas um órgão; é entendida como uma prática coletiva que historicamente envolve educação e ambiente [...]. Dessa forma é no âmbito [desses] órgãos gestores que é possível reconhecer os principais marcos legais que normatizam o desenvolvimento de projetos de educação ambiental nas diferentes esferas sociais. (CADEI & SCHWANKE, 2013, p.63)

Conclui-se que os usuários e a própria administração do PMV, além de apostarem na conscientização do cidadão, havendo inclusive uma sugestão de organizar palestras e convidar moradores e turmas de escolas para aprenderem sobre educação ambiental, idealizam programas e atividades ambientais no PMV, apesar de 91,5% dos entrevistados afirmarem jamais ter participado de algum projeto do gênero.

Verificou-se que 46,3% dos entrevistados não sabem onde encontrar informações sobre o parque. Os demais, em sua maioria, buscam informações junto aos funcionários, na administração, na biblioteca ou procuram na internet. Evidenciou-se um desconhecimento por parte dos entrevistados (68%) sobre a fundação e a história do PMV.

Conforme Souza, (2008) o desconhecimento da história do PMV pelos usuários está associado diretamente à falta de projetos e ações que envolvam a sociedade em geral com a área de lazer. O resultado da pesquisa demonstra que a grande maioria dos usuários desconhece a história do parque, assim, é importante formular estratégias de aproximação do público com a promoção de ações que envolvam educação ambiental, saúde, segurança, arte, cultura, entre outros assuntos pertinentes à realidade do bairro e da cidade com o objetivo principal de divulgar a história e a origem do Parque.

Atrelado a esse contexto, está a escassez de grupos de moradores e coletivos engajados à causa que proponham ações mobilizadoras e construtivas, com o propósito de promover continuamente a integração entre usuário e espaço. Conforme Santos (1978):

O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total (SANTOS, 1978, p. 47)

Esse fenômeno de distanciamento da população com o parque público pode ser compreendido através das considerações propostas por Borelli e Freitas (2009):

A chave para a compreensão de novas modalidades de uso do espaço urbano reside na ideia de que é possível apontar – num horizonte dialógico e relacional - a existência de novos processos produtores de identidade que não somente interpretam a memória de

cada contexto específico, mas conferem significado a nossas experiências cotidianas.(...) Torna-se necessário saber reconhecer a lógica de suas dificuldades e que a crise mais grave nas grandes cidades é a da cidadania, que faz com que sejam perdidos, pouco a pouco, o sentimento dos interesses coletivos e a capacidade de mobilização em torno de projetos comuns (BORELLI & FREITAS, 2009, p. 65)

A não existência dessas iniciativas dificulta a criação do sentimento de pertencimento do local pelos moradores do entorno e visitantes. Segundo Castells (2002), o sentimento de pertença articula a ideia de identidade, não só no sentido de afirmar as características distintivas do caráter de um grupo ou pessoa, mas também, na perspectiva de resistência ao que ameaça a memória da identidade.

De acordo com Dorneles (2006), uma das principais razões para a falta de ações é que a maioria dos parques conta com pouco investimento financeiro pelo órgão que o gerencia, nesse caso a SMAM. Isso se reflete na falta de divulgação de informações atualizadas sobre o local, como mostra o resultado da pesquisa, em que quase a metade (46%) não sabe onde acessar esses dados. Uma usuária, por exemplo, afirma:

“Nunca recebi nenhuma informação sobre o que acontece aqui, há pouco tempo que soube que tinha uma biblioteca infantil ali atrás do moinho. Esse parque não tem muita divulgação”. (M. L. - 22 a 35 anos).

Um dos fatores determinantes para a sensação de insegurança e a não utilização do parque pelas pessoas durante a noite é a questão da iluminação (Figura 10). A maioria, por não frequentar a área durante a noite, é indiferente quanto à qualidade da iluminação local. Porém, 82% dos que declararam que a iluminação é ruim ou muito ruim disseram que frequentariam o PMV à noite se esse aspecto fosse melhorado.

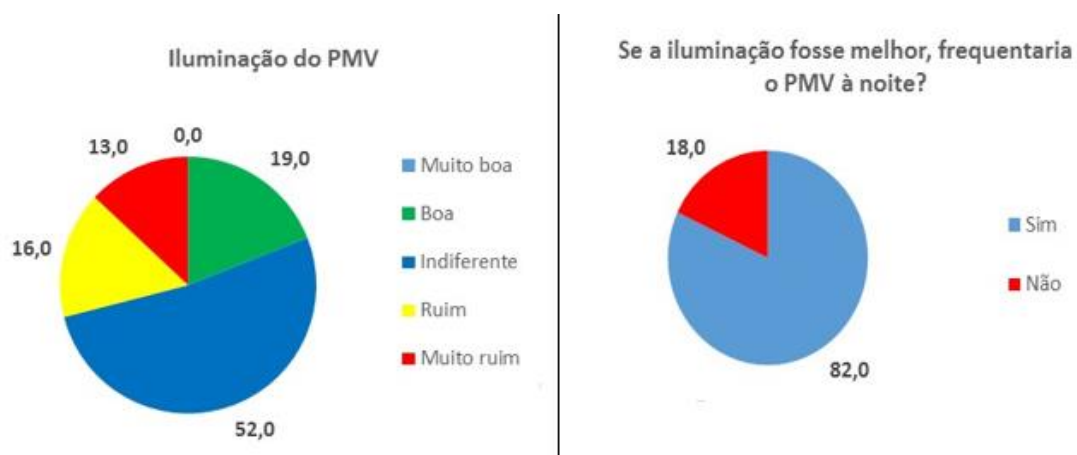


Figura 10. Qualidade da iluminação do PMV e possibilidade de frequentá-lo à noite.
 Fonte: Elaborado pelos autores.

Sobre o cercamento do PMV (Figura 11), a maioria (76%) acredita que não seja necessário pois, dentre diversos motivos, é um espaço público que deveria ser melhor iluminado, contar com mais segurança, não podendo ser restringido seu acesso universal. Já os que acreditam que é necessário cercar o local (8,3%) argumentam que o cercamento dará sensação maior de segurança aos frequentadores, evitará vandalismo e assaltos, ou flexibilizam dizendo que se deve cercar apenas a área da pracinha, ou apenas durante a noite. Ademais, 13% ainda não formaram opinião e 2,3% são indiferentes ao debate. Pensando sobre essa perspectiva, a usuária A. S. (acima de 65 anos) aborda que o cercamento do PMV alteraria funções de uso: *“O parque é público, uso comum, inclusive para quem não tem onde morar”*.

Tal afirmação contextualiza a ideia de Magnani (2003) quando define o “pedaço”:

São dois elementos básicos constitutivos do “pedaço”: um componente de ordem espacial, a que corresponde uma determinada rede de relações sociais [...] estão localizados alguns serviços básicos – locomoção, abastecimento, informação, culto, entretenimento – que fazem dele ponto de encontro e passagem obrigatórios. Não basta, contudo, morar perto ou frequentar com certa assiduidade desses lugares: para ser “pedaço” é preciso estar situado numa particular rede de relações que combina laços de parentesco, vizinhança, procedência. (MAGNANI, 2003, p. 115)

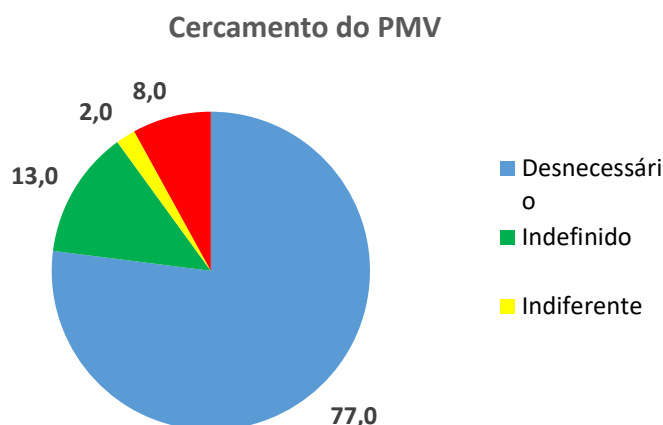


Figura 11. Opinião dos entrevistados sobre o cercamento do PMV.
Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação ao cercamento e à segurança, percebe-se que há possibilidades de melhor compreensão das percepções de usuários de parques urbanos, sejam eles moradores ou não das imediações, quanto à influência do cercamento ou não de parques, sobre a segurança dos usuários, preservação do patrimônio público, acessibilidade e atividades nos parques (GREGOLETTO *et al.*, 2013).

Em um estudo anterior sobre o cercamento do Parque Farroupilha (Porto Alegre/RS) como forma de assegurar a sua ocupação sem riscos à população da cidade sob as mais variadas motivações, Santos (2013) analisa:

Esse sentimento de insegurança urgente favorece e promove uma ideologia securitária que conduz os indivíduos a aceitar restrições dos seus direitos fundamentais, tolhendo sua liberdade, baseada, frequentemente, mais numa expectativa elevada de insegurança do que na vitimação concretizada. O medo do crime é o resultado da percepção do meio e, não necessariamente, a transcrição de uma realidade. (SANTOS, 2013, p. 16)

A fim de verificar a existência de associações entre variáveis categóricas, foram realizados testes estatísticos Qui-Quadrado, conforme veremos a seguir.

Conclui-se, com 5% de significância, que não deve existir associação significativa entre a facilidade de achar lixeiras e o fato do usuário realizar a separação de seu resíduo sólido ($p > 5\%$) (Tabela 1).

Tabela 1. Facilidade em achar lixeiras no PMV e Separação de resíduos.

Facilidade em achar lixeiras	Separação de Resíduos		Total
	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	
<i>Sim</i>	236	37	273
<i>Não</i>	23	4	27
Total	259	41	300

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quanto à associação entre o gênero do usuário e as opiniões favoráveis ou desfavoráveis (não levando em consideração os entrevistados indiferentes ou sem opinião formada) quanto ao cercamento do parque, conclui-se, com 5% de significância, que a mesma não é estatisticamente significativa entre os fatores, ou seja, homens e mulheres têm opiniões similares quanto ao tema (Tabela 2).

Tabela 2. Opinião sobre o cercamento do PMV e o gênero dos entrevistados.

Opinião sobre cercamento do PMV	Gênero		Total
	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>	
<i>Necessário</i>	6	19	25
<i>Desnecessário</i>	87	142	229
Total	93	161	254

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com relação ao cruzamento dos dados referentes à opinião sobre o cercamento do PMV e a participação em programas ou atividades ambientais no PMV, conclui-se, com 5% de significância, que pode haver uma relação entre nunca ter participado de tais atividades e ser favorável à restrição ao acesso à área (Tabela 3).

Tabela 3. Opinião sobre o cercamento do PMV e a participação em atividades ambientais no PMV.

Opinião sobre cercamento do PMV	Participação em atividades ambientais no PMV		Total
	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	
<i>Necessário</i>	-	25	25
<i>Desnecessário</i>	24	205	229
Total	24	230	254

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com relação aos trabalhadores do PMV, foram aplicados 24 questionários também em dias, turnos e regiões variadas do parque. Foram entrevistados 14 homens e 10 mulheres, com faixa etária média dos 18 aos 35 anos (63%), seguida da faixa dos 46 aos 55 anos (29%). Prepondera, em escolaridade, o ensino médio incompleto (29%), seguido das demais opções em relativo equilíbrio (Figura 12). Do total, 19 (79%) trabalhadores residem em Porto Alegre e, os demais, em cidades da Região Metropolitana (Figura 13), em famílias com, em aproximadamente 46% dos casos, 2 componentes, seguido de lares com 5 componentes (aproximadamente 33%).

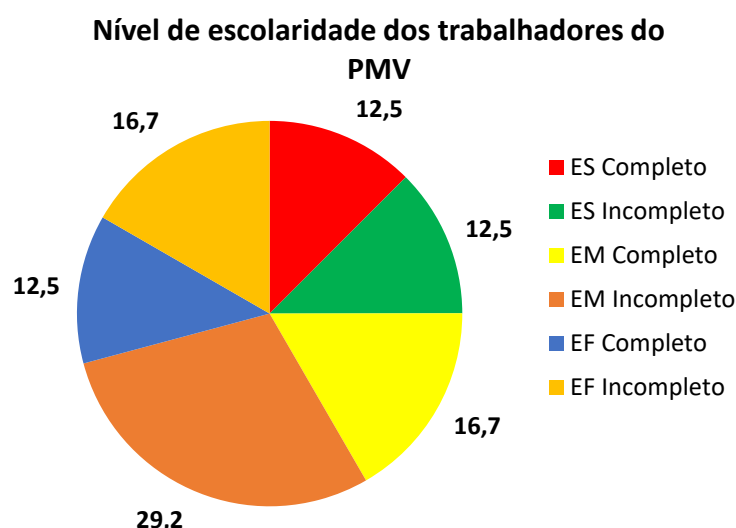


Figura 12. Nível de escolaridade dos trabalhadores do PMV.
Fonte: Elaborado pelos autores.

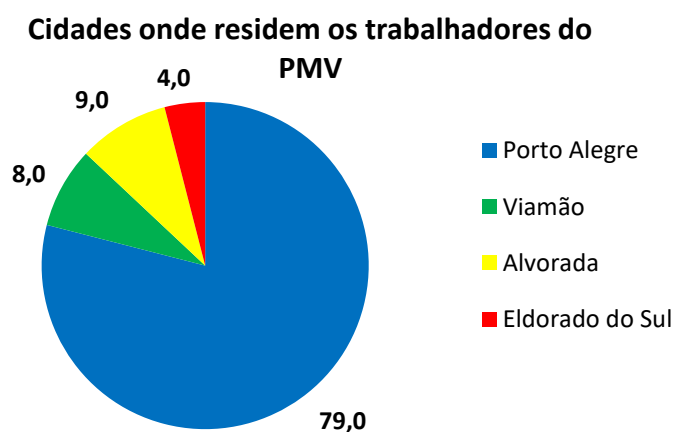


Figura 13. Cidade onde residem os trabalhadores do PMV.
Fonte: Elaborado pelos autores.

Em metade dos casos, os trabalhadores exercem suas atividades no PMV todos os dias, sendo que a maioria (75%) trabalha exclusivamente no parque. Sobre a razão de trabalharem no parque, 25% creditam a opção a oportunidade e necessidade, e não por escolha, enquanto outros falam em terceirizações, concursos ou da natureza do local.

Sobre as condições ambientais do parque, 59% dos entrevistados consideram boas, enquanto 21% acham ótimas ou razoáveis. Quando questionados se contribuem com a preservação ambiental do local, todos responderam positivamente, justificando que não jogam lixo no chão, trabalham com limpeza e manutenção, separam seus resíduos e orientam as crianças para não quebrarem galhos ou danificarem o patrimônio.

Sobre flagrantes de comportamentos de depredação ambiental, metade dos entrevistados disse já ter visto situações variadas, como lixo espalhado no chão, o não recolhimento dos dejetos de animais e a quebra de patrimônio (pracinha e bebedouros, especificamente). Ainda assim, mais da metade (54%) dos entrevistados considera a preservação ambiental por parte dos frequentadores do parque como boa (Figura 14), citando como flagrantes positivos pessoas recolhendo resíduos do chão ou tomando cuidado para não descartar os seus de maneira errada.

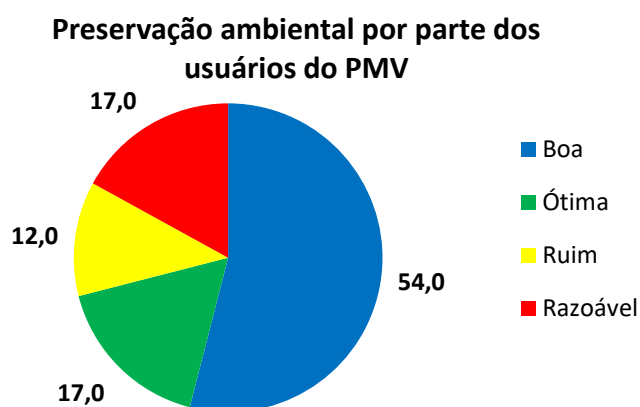


Figura 14. Preservação ambiental por parte dos usuários do PMV, na visão dos trabalhadores. Fonte: Elaborado pelos autores.

Com relação ao sentimento de segurança no PMV pelos que nele trabalham, os dados da Figura 15 mostram que durante a manhã, 79% dos trabalhadores se sentem seguros, número que se mantém similar durante a tarde (77%) mas que

diminui no turno da noite (58%). Foram citadas a presença de segurança e policiamento principalmente nos turnos de manhã e tarde, ao mesmo tempo que há depoimentos relatando sobre o conhecimento de casos de roubos e assaltos em todos os turnos.

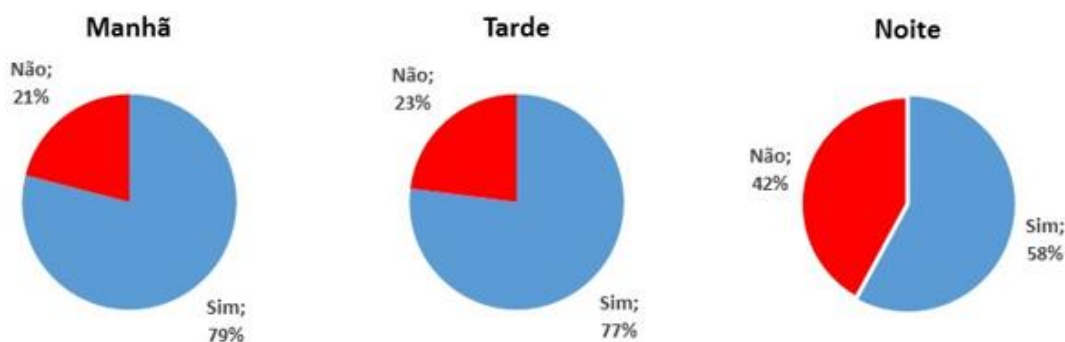


Figura 15. Sentimento de segurança pelos trabalhadores do PMV nos três turnos do dia.
Fonte: Elaborado pelos autores.

Sobre a manutenção do parque, a maioria dos trabalhadores trouxe sugestões, dentre elas, necessidade de mais policiamento e segurança, mais funcionários, maior atenção com as lixeiras e os banheiros nos fins de semana, mais bebedouros e com melhor higienização, atrações para crianças próximas à administração e maior conscientização dos usuários.

Questionados sobre o tratamento que o público em geral dá aos profissionais que atuam no parque, a maioria dos entrevistados declarou nunca ter tido problemas, que de modo geral há cordialidade, mas há, em contrapartida, alguns relatos de indiferença e prepotência de alguns usuários em relação aos trabalhadores do PMV. A grande maioria (91%) dos trabalhadores utiliza o parque apenas para trabalho, não o utilizando para outras finalidades, como lazer, por exemplo.

4. CONCLUSÃO

Essa pesquisa possibilitou, através da aplicação dos questionários, traçar um perfil social, demográfico e ambiental dos usuários do Parque Moinhos de Vento, algo até então não realizado.

Os dados encontrados na pesquisa se mostraram essenciais para subsidiar a

elaboração do plano de gestão ambiental para o Parque Moinhos de Vento, como também para futuros estudos socioambientais em parques urbanos e áreas verdes.

REFERÊNCIAS

- ATENA, A. *Percepção ambiental do Parque Urbano Moinhos de Vento, Porto Alegre – RS, Brasil*. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) – Instituto Superior em Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2009.
- BORELLI, S.; FREITAS, R. *Comunicação, Narrativas e Culturas Urbanas*. 1.ed. Rio de Janeiro: Educ, 2009.
- CADEI, M. S.; SCHWANKE, C. Ambiente e Saúde. In: Cibele Schwanke. (Org.). *Ambiente: conhecimento e práticas*. 1ed. Porto Alegre: Bookman, 2013, v. 1, p. 1-260
- CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*. 8.ed. vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CERTEAU, M. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- CRESWELL, J. W.; CLARK, V. L. P. *Pesquisa de métodos mistos*. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. Série Métodos de Pesquisa.
- DORNELES, V. G. *Acessibilidade para idosos em áreas livres públicas de lazer*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- GREGOLETTO, D.; BOCHI, T. C.; SILVA, F. C.; REIS, A. T. Existência e Inexistência de Cercamento, Segurança e Acessibilidade de Parques Urbanos. *Revista Arquisur*, Argentina. nº 3, p. 125-137, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Banco de Dados*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/default.php>>. Acesso em: 04 dez. 2014.
- KERPEN, K. R. *A Cidade e o Elemento Natural: o Parque Marinha do Brasil e as Políticas Públicas do Verde em Porto Alegre (1960-1970)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- MAGNANI, J. G. C. *Festa no Pedacço: Cultura Popular e Lazer na Cidade*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2003.
- MOREIRA, L. G. R. *Análise da supressão de áreas verdes na Zona Sul de Porto*

Alegre: o caso dos bairros Cristal e Espírito Santo. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

PORTO ALEGRE. *Decreto nº 18.565, de 14 de fevereiro de 2014.* Altera o inc. VII e o “caput” do § 4º, inclui al. “a” ao inc. VII e revoga os incs I, II e IV § 4º do art. 4º do Decreto nº 17.232, de 26 de agosto de 2011 – que dispõe sobre os procedimentos para supressão, transplante ou podas de espécimes vegetais; altera o § 1º do art. 2º do Decreto nº 8.186, de 7 de março de 1983; e revoga os Decretos. n. 10.237, de 11 de março de 1992; 10.258, de 3 de abril de 1999; e 15.418, de 20 de dezembro de 2006 –, dispondo sobre a conversão de compensação vegetal no Município de Porto Alegre.

PORTO ALEGRE. *Decreto nº 14.050, de 31 de dezembro de 2002.* Regulamenta a Lei nº 8840, de 20 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de recolhimento dos resíduos fecais de animais conduzidos em espaços públicos.

PORTO ALEGRE. *Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, de 4 de abril de 1990.* Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000022938.DOCN.&l=20&u=%2Fnetahhtml%2Fsirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>> Acesso em: 6 dez. 2014.

SANTOS, S. M. A. *A percepção do usuário e a questão do cercamento do Parque Farroupilha.* Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso em Tecnólogo em Gestão Ambiental) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Campus Porto Alegre, 2013.

SCHWANKE, Cibele (Org.). *Ambiente: conhecimentos e práticas.* Porto Alegre: Bookman, Série Tekne, 2013.

SERPA, A. *Espaço Público e Acessibilidade: Notas para uma abordagem geográfica.* São Paulo: GEOUSP – Espaço e Tempo, 2004.

SOUSA FILHO, A. M. C. *Fundamentos de uma sociologia do cotidiano.* São Paulo: Sociabilidades, 2002.

SOUZA, F. S. *O espaço público contemporâneo: A complexidade vista a partir dos parques urbanos de Porto Alegre.* Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

WHATELY, M.; SANTORO, P. F.; GONÇALVES, B. C.; GONZATTO, A. M. (Org.). *Parques urbanos municipais de São Paulo: Subsídios para a Gestão.* São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008. 120 p. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/10367.pdf> Acesso em: 6 dez. 2014.